

Racionalidades na Dinâmica da Produção Pesqueira: A Percepção dos Pescadores Artesanais da Grande Florianópolis diante do Quadro de Degradação Socioambiental do Litoral Catarinense

Elaine Cristina de Oliveira Menezes e Luciana Ronconi

Resumo

O processo de urbanização desordenado do litoral catarinense e a degradação ambiental vêm trazendo inúmeros malefícios à vida sustentável dos pescadores e da própria pesca artesanal, principalmente na região da Grande Florianópolis. O presente artigo pretendeu avaliar o tipo de racionalidades presentes na dinâmica da produção pesqueira e a percepção dos pescadores artesanais quanto à sustentabilidade da sua atividade na região. A pesquisa valeu-se de uma abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com 25 atores-chave. Concluiu-se que a racionalidade predominante é a do cálculo utilitário, cujas consequências são a exploração abusiva dos recursos pesqueiros e a ausência de mecanismos de gestão compartilhada e negociada desses recursos. A racionalidade substantiva, embora presente nas dinâmicas produtivas da pesca artesanal, não tem tido impacto significativo sobre a gestão dos recursos pesqueiros locais.

Palavras-chave

Racionalidade Instrumental. Racionalidade Substantiva. Racionalidade Ambiental.

Abstract

The disordered urbanization process and environmental degradation of Santa Catarina State coastline have brought several damages, not only to sustainable fishermen's way of life, but to artisan fishing itself, mainly in the metropolitan area of the capital, called Grande Florianópolis. This article has as its objective to evaluate what the rationality involved in the dynamic of the fish production is, with the intention to identify the perception of the artisan fishermen in relation to the sustainability of their activity in Florianópolis and its surroundings. The research made use of a qualitative approach, using semi-structured interviews with 25 key actors. It was concluded, therefore, that the predominant rationality is the one of the utility calculation, whose consequences are the abusive exploration of fishing

regions, the lack of agreement among the users of the natural resources, the lack of mechanisms of shared management and negotiation of these resources and, finally, the lack of formation and information about the limits of the increase of the fishing activities in the coast of Florianópolis and the region. The substantive rationality, although it is present in the productive dynamic of the artisan fishing, does not have significant impact on the balanced management of the local fishing regions.

Keywords Instrumental Rationality. Substantive Rationality. Environmental Rationality.

INTRODUÇÃO

A partir de 1970, verificam-se significativas baixas nos estoques marinhos como um fenômeno global relacionado à pesca industrial em grande escala (FAO, 2010). Além disso, muitos territórios costeiros têm sofrido crescente pressão econômica devido à urbanização, ao desenvolvimento do turismo e, no caso da pesca artesanal, ao desenvolvimento da pesca industrial e às pressões diante de uma zona costeira em crise socioambiental (sobrepesca) (MENEZES; SPERB; TONET, 2011). Com essa dinâmica, frequentemente, as novas gerações de pescadores tradicionais são cooptados e forçados a deixar a pesca, levando ao colapso de parte dessas comunidades (OURIQUES, 2007; MENEZES; SPERB; TONET, 2011).

O quadro descrito anteriormente traz o tema da racionalidade predominante na sociedade contemporânea e as suas consequências sociais e ambientais. Ramos (1986) destaca o fato de a racionalidade instrumental, predominante nas sociedades industriais, acarretar graves problemas sociais. Poucos estudos vêm resgatando essa problemática de forma empírica, replicando estudos sobre racionalidade nos diversos campos e, especialmente, relacionando-a com a questão socioambiental. Embora este trabalho não pretenda esgotar as amplas discussões de Alberto Guerreiro Ramos sobre a questão da racionalidade, faz-se necessário religar o conceito de racionalidade a uma perspectiva que pense a problemática socioambiental no contexto do desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA, 2006).

Assim, refletir sobre a crise socioambiental que envolve o contexto atual da pesca tem significativa importância para compreender as dinâmicas de desenvolvimento do litoral catarinense. Esse fato dá-se em função de a pesca artesanal ter grande relevância socioeconômica no litoral de Santa Catarina, empregando cerca de 25 mil pescadores artesanais (MENEZES, 2011). Todavia, como já referenciado, ela vem sofrendo com a concorrência dos barcos de pesca industrial (economicamente mais eficazes na pesca de alto-mar), tornando os pescadores e suas famílias assalariados, absorvidos parcialmente em outras funções ocupacionais (nos setores de hospedagem e alimentação) (SEVERO, 2008; OURIQUES, 2007).

Ou seja, o processo de urbanização desordenado do litoral catarinense e a degradação ambiental vêm trazendo inúmeros malefícios à vida sustentável dos pescadores e da própria pesca artesanal, principalmente na região da Grande Florianópolis. Nesta região, o trabalho na atividade turística vem se tornando forte concorrente, especialmente no que concerne aos filhos de pescadores artesanais. A partir do quadro descrito, observa-se que essa atividade, para ser sustentável, requer um olhar atencioso, tanto por parte da gestão pública quanto por parte dos próprios atores sociais que a compõe. Sem contar que todos esses fatores limitadores vêm influenciando a dinâmica de reprodução dessa atividade junto às comunidades pesqueiras, especialmente junto às novas gerações.

Em virtude das considerações supracitadas, este estudo tem por fim avaliar as diferentes racionalidades embutidas na dinâmica da produção pesqueira na região da Grande Florianópolis, com o intuito de identificar a percepção dos pescadores artesanais quanto à sustentabilidade da sua atividade. Pretende, ainda, identificar os motivos que levam os pescadores a permanecerem nessa atividade, a qual se encontra em um impasse social, econômico e ecológico.

Para tanto, este artigo propõe-se, num primeiro momento, apresentar o quadro teórico-metodológico que dá sustentação aos argumentos empíricos. Num segundo momento, apresentará o quadro conceitual que envolve a perspectiva da racionalidade instrumental e substantiva de Ramos (1986), em confronto com as análises sobre a racionalidade ambiental abordada por Leff (2009). Num terceiro momento, buscará avaliar a estrutura da pesca artesanal e avaliar a percepção dos pescadores artesanais quanto aos motivos que os levam a permanecer nessa atividade na atualidade. Por fim, apresentará as principais considerações e conclusões da pesquisa. A seguir, apresentar-se-ão os principais aspectos metodológicos da pesquisa.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo é do tipo empírico, valendo-se de um arcabouço teórico para norteá-lo. Caracteriza-se também, como um estudo exploratório-descritivo. Exploratório, porque permite aumentar a compreensão do investigador em relação ao problema, assim como esclarecer e modificar conceitos e ideias (LUDKE; ANDRÉ, 1996, p. 21). É exploratório, ainda, porque a investigação é realizada “em área com pouco conhecimento acumulado e sistematizado” (VERGARA, 1998, p. 45). Dessa forma, pretende não apenas identificar as racionalidades presentes nas dinâmicas produtivas da pesca artesanal, mas ainda, identificar a percepção dos pescadores artesanais diante do quadro de degradação socioambiental do litoral catarinense. É descritivo, porque pretende descrever os fatos e fenômenos da realidade (GIL, 1988; TRIVIÑOS, 1987; LUDKE; ANDRÉ, 1996).

A pesquisa vale-se, também, de uma abordagem qualitativa, visto que privilegia a interpretação da percepção dos sujeitos de pesquisa. Além disso, essa abordagem é mais compatível com a técnica de coleta de dados que foi adotada nesse estudo, a entrevista semiestruturada.

O universo da pesquisa recobre a região da Grande Florianópolis. Entretanto, para ser compatível com a abordagem de pesquisa adotada, a qualitativa, procurou-se identificar os municípios cuja pesca artesanal tivesse maior representatividade. Dentre os 22 municípios, selecionou-se, por meio dos dados da RAIS (2010), Florianópolis e Governador Celso Ramos, em função da sua representatividade no número de empregos gerados. Os participantes da pesquisa foram: representantes de instituições públicas e entidades de classe, especialistas relacionados ao segmento de pesca artesanal, membros das comunidades pesqueiras, de associações e cooperativas do segmento da região em foco, e especialistas ligados a esse setor, totalizando 25 entrevistados.

O levantamento de informações também incluiu fontes de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos, na pesquisa de campo, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Além da técnica de entrevista semiestruturada, utilizou-se a técnica de coleta chamada “observação”, pois possibilita a obtenção de informações no momento em que elas ocorrem. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisa documental e dados levantados em periódicos, revistas, jornais e demais publicações da região.

A interpretação dos dados foi desenvolvida de acordo com a análise qualitativa e descritiva do conteúdo, correlacionando-se com o referencial teórico assumido. Através das entrevistas aplicadas, bem como a observação realizada no estudo de campo, foi possível realizar a triangulação dos dados obtidos para que a análise e interpretação dos dados fossem realizadas de forma confiável (TRIVIÑOS, 1987). Para dar suporte à coleta e análise dos dados, elaborou-se uma matriz teórico-metodológica, cujos principais conceitos foram o de racionalidade instrumental, racionalidade substantiva e racionalidade ambiental. A seção seguinte apresenta uma discussão sobre os conceitos adotados na pesquisa - a matriz teórico-metodológica.

MÚLTIPLAS RACIONALIDADES NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

O resgate do tema da racionalidade para as discussões atuais sobre os limites do crescimento econômico puro e simples pode ser uma tarefa difícil e, ainda, pouco explorada no meio acadêmico (LEFF, 2009; RAMOS, 1989). Tal fato ocorre em função das limitações empíricas em avaliar a crise socioambiental atual (SACHS, 1986; 2002). Além disso, um número reduzido de trabalhos replica temas como o da racionalidade nos diversos campos, especialmente, envolvendo a racionalidade socioambiental, no âmbito da economia e gestão.

É preciso destacar que a análise sobre racionalidade não pode ser separada do debate acerca do desenvolvimento territorial sustentável. Para tanto, faz-se necessário abordar como a construção do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável faz parte da necessidade de tomada de consciência acerca da problemática socioambiental que vem se colocando como desafio desde os anos de 1960 e 1970. A crise socioambiental expõe os limites relacionados ao modelo de desenvolvimento hegemônico, nas suas

diversas abordagens. Os especialistas acostumados a lidar com o conhecimento parcial passam a encarar essa problemática como multidimensional, exigindo um tratamento interdisciplinar (VIEIRA, 2006).

Dessa forma, verifica-se um processo de reconceituação do desenvolvimento a partir da contribuição do enfoque da sustentabilidade socioambiental e da territorialidade - desenvolvimento territorial sustentável (VIEIRA, 2006). O ponto de partida para o resgate teórico do desenvolvimento territorial sustentável é, assim, a análise de que as dinâmicas de desenvolvimento requerem a integração das suas diferentes dimensões. Tal conceito é o pano de fundo das análises empreendidas neste trabalho, relativas à racionalidade embutida nas dinâmicas produtivas da pesca artesanal (MENEZES, 2011).

Nesse sentido, o presente estudo buscará, na seção a seguir, religar o conceito de racionalidade a uma perspectiva mais ampla para se pensar a problemática socioambiental atual. Num primeiro momento, far-se-ão algumas considerações sobre a discussão teórica sobre racionalidade instrumental e substantiva, inspiradas nas obras de Guerreiro Ramos (1986). Num segundo momento, buscar-se-á trazer a perspectiva de Henrique Leff (2009) relativa ao debate sobre racionalidade ambiental, inserida numa reflexão mais ampla do desenvolvimento territorial sustentável.

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL E SUBSTANTIVA

No quadro teórico de referência sobre racionalidade instrumental e substantiva, tem-se uma relevante contribuição do pesquisador e representante político brasileiro Alberto Guerreiro Ramos. Ramos, humanista radical, percebe o potencial de destruição presente no fenômeno organizacional moderno, sobretudo nas formas de organização utilitaristas e dominadas pelo *ethos* do mercado (PAES DE PAULA, 2005; FARIAS, 2009).

O ponto fundamental da análise de Ramos (1986) é o debate acerca do problema da razão, o qual considera ser o conceito básico de toda a ciência social. Conforme o autor, a ciência dominante fundamenta-se na racionalidade instrumental, na qual a razão aparece como cálculo utilitário de consequências. A análise de Ramos (1986) apoia-se na distinção realizada por Weber que separa a razão formal ou instrumental - determinada por cálculos utilitaristas ou por expectativas de resultados - da razão substantiva - independente de expectativas de sucesso, ação desinteressada na obtenção de resultados. Por meio das suas análises, Ramos (1986) defende, assim, a racionalidade substantiva para uma nova ciência organizacional, a qual considera ser mais adequada à psique humana, sendo o ponto de referência para a ordenação da vida social.

Ao se aprofundar o pensamento de Ramos (1989), verifica-se que o autor discorre em sua obra sobre a concepção de razão como cálculo utilitarista de consequências, num contexto histórico de afirmação excessiva do *laissez-faire* e do neoliberalismo. O autor supramencionado resgata as concepções de Hobbes e Bacon, em que “a razão é entendida como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o

mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social” (RAMOS, 1989, p. 2). Para Hobbes *apud* Ramos (1989), a razão moderna é tida como uma capacidade adquirida pelo indivíduo por meio do esforço e que o torna habilitado a nada mais do que fazer o cálculo utilitário de consequências.

Na teoria da organização, assim como na economia, conforme Ramos (1989), prevalece o caráter funcional e do mercado que se baseia na racionalidade instrumental dominante na ciência social ocidental. Porém, a sustentação dessa racionalidade como dominante, conforme Ramos (1989), traz impactos significativos sobre a vida humana associada. Nas análises empreendidas por Serva (1996) sobre o trabalho de Guerreiro Ramos, a avaliação crítica do conceito de razão é acompanhada por uma outra constatação crítica, o fato de o mercado ser a dimensão central e ordenadora, tanto da ciência social quanto da vida humana na sociedade ocidental moderna. Ramos (1989) reconhece que, nos últimos 300 anos, a racionalidade funcional e a centralização do mercado aumentaram consideravelmente o domínio sobre a natureza e o conseqüente aumento da capacidade de produção.

A influência dos estudos de Polanyi e seus seguidores é intensa no estudo de Guerreiro Ramos. A ideia de que a sociedade centrada no mercado historicamente é episódica, como também a premissa de que o processo econômico é um enclave na realidade social mais ampla [...] constituem, como vimos, o eixo fundamental da teoria substantiva da economia e da antropologia econômica (SERVA, 1996, p. 120).

Entretanto, haveria um limite desse domínio. Nenhuma sociedade no passado esteve centrada no mercado; somente nas sociedades modernas é que o mercado desempenha papel central (RAMOS, 1989). Por isso, considera que esse padrão de racionalidade predominante nas economias de mercado estaria apresentando limites em função de várias disfunções da sociedade, como: a degradação ambiental, submissão passiva do indivíduo ao mercado, saúde psicológica da humanidade, entre outros.

Num contraponto dessa racionalidade, a teoria de Ramos (1989) tem como ponto de partida a razão substantiva harmonizada ao senso comum e que prevê a dimensão ético-valorativa como superior a qualquer outra, enfocada pelos estudos do social (SERVA, 1996). Ainda, para Serva (1996), Ramos partiu de dois aspectos críticos: o conceito de razão e a centralidade do mercado na sociedade. Entretanto, Serva (1996) aponta para o fato de Ramos inspirar-se em Polanyi ao utilizar o termo *substantivo*, esclarecendo que a racionalidade substantiva, diferente da racionalidade instrumental, é aquela racionalidade inerente à psique humana, resgatando o pensamento clássico aristotélico.

Enquanto força ativa na psique humana, a racionalidade substantiva guarda estreitas relações com o senso comum, pois origina-se do exercício de um senso da realidade comum a todos os indivíduos, em todos os tempos e em todos os lugares. Podemos ver a forte oposição que o autor estabelece com relação aos autores da tradicional teoria das organizações, como Simon, que afirma que um indivíduo jamais poderia alcançar um alto grau de racionalidade, e sim a organização. [...] Segundo Guerreiro Ramos, a racionalidade substantiva habilita o indivíduo a ordenar a sua vida eticamente, gerando ações, através do

debate racional, que buscam concretizar um equilíbrio dinâmico entre a satisfação pessoal e a satisfação social, como também atingir a auto-realização pela concretização de suas potencialidades humanas. Em seguida, Guerreiro Ramos empreende o estabelecimento de novas bases para a ciência social (“teoria substantiva da vida humana associada”), como também para a teoria das organizações (“abordagem substantiva das organizações”) (SERVA, 1996, p. 122).

Por um lado, para Ramos (1996), a racionalidade substantiva congrega a psique humana, devendo ser considerada ponto de referência para ordenamento da vida social.

[...] A racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular (RAMOS, 1989, p. 23).

Por outro lado, Ramos (1989) apresenta um modelo multidimensional para a análise e para a formulação dos sistemas sociais, no qual o mercado é considerado um enclave social, legítimo e necessário, mas limitado e regulado. Esse modelo é denominado de paradigma paraeconômico, que advoga por uma sociedade suficientemente diversificada, cujas categorias devem ser consideradas elaborações heurísticas, consideradas como tipos ideais – considera-se que os sistemas sociais são estruturas mistas. Esse modelo busca a convivência dessas duas racionalidades, as quais, para Serva (1996), são ambas partes da psique humana e geram tensões no âmbito da sociedade e do mercado. Salm e Menegasso (2009) corroboram com essa perspectiva ao destacar que a existência humana realiza-se em múltiplos espaços, cada qual com exigências e necessidades próprias.

Assim, Ramos (1989) propõe o paradigma da paraeconomia, considerado um paradigma multicentro de alocação de recursos, em que há possibilidade de consolidação de uma teoria política substantiva que relaciona os enclaves sociais necessários a uma vida humana associada. Tal paradigma reafirma a necessidade de se conceber o mercado como elemento politicamente regulado e delimitado, sendo ele um enclave que constitui o conjunto da tessitura social. Além disso, a natureza do homem deve atualizar-se, através de várias atividades e do emprego, às outras atividades humanas associadas (RAMOS, 1989).

Por conseguinte, Ramos (1989) destaca que a ciência social moderna deixa de distinguir racionalidade funcional e substantiva. Entretanto, para o autor supramencionado, elas são categorias fundamentais de duas concepções distintas da vida humana associada. Nesse sentido, Ramos (1989) deixa evidente o limite da sociedade moderna em responder aos problemas sociais, ambientais e humanos atuais.

Sendo assim, o desenvolvimento de adequadas organizações e instituições, em geral, é avaliado do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para o fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo. Logo, analisar a perspectiva dos pescadores artesanais no quadro de crise socioambiental da pesca é, com certeza, de grande relevância para se compreender como essa atividade tradicional relaciona a racionalidade instrumental à substantiva.

Para resgatar os conceitos de racionalidade ambiental à realidade dos limites desse modelo centrado no mercado e das questões socioambientais que emergem a partir desses limites, procura-se, na seção seguinte, fazer uma reflexão sobre a problemática socioambiental e a racionalidade ambiental como instrumento de reflexão para os problemas da pesca artesanal da Grande Florianópolis.

A RACIONALIDADE AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

A problemática socioambiental emergiu no campo do planejamento do desenvolvimento no final dos anos 1960 e, inicialmente, no âmbito restrito dos países industrializados. Sua agenda de prioridades contemplava os problemas da contaminação e degradação ambiental e do esgotamento dos recursos naturais, agravado pelo acelerado crescimento demográfico. Na década seguinte, o foco começou a se deslocar no sentido da incorporação das assimetrias Norte-Sul e do fenômeno da “poluição da pobreza” (SACHS, 2007). Atualmente o critério de *sustentabilidade ampliada*, que articula as dimensões socioeconômica, sociocultural, sociopolítica e socioecológica, vem se impondo como um fator determinante no desenho de estratégias alternativas de desenvolvimento rural e urbano (VIEIRA, 2006; MENEZES, 2009; DIEGUES, 1996).

Dentre os primeiros acontecimentos relevantes em âmbito internacional que levantaram o debate sobre meio ambiente, tem-se o Relatório de Founex, que apontou os principais tópicos relacionados aos problemas do meio ambiente, rejeitando as abordagens reducionistas do ecologismo “a qualquer preço” e do economicismo estreito (SACHS, 1993). Esses debates foram uma preparação para a Conferência das Nações Unidas que seria realizada em 1972 em Estocolmo e que buscava, de acordo com Sachs (1992), uma via intermediária entre as duas visões radicais apontadas acima. Para Sachs (1992, p. 7), “a lição mais proveitosa que surgiu de Founex, e depois de Estocolmo, é que seria possível imaginar um caminho de desenvolvimento que fosse ao mesmo tempo socialmente útil, ecologicamente prudente e que atendesse a critérios de eficiência econômica”.

Posteriormente, o tema fortaleceu-se com a realização do Seminário do México em 1974, com a publicação do Relatório Brundtland em 1987 e com a realização da Conferência do Rio de Janeiro, ECO 92. Esses eventos e documentos produzidos entre 1970 e 1980 conduziram a progressos conceituais, ampliando conhecimento empírico sobre o funcionamento da biosfera, sobre os riscos das atividades humanas, além do avanço na institucionalização da preocupação com o planejamento e gestão ambiental (SACHS, 1993). Todavia, esse avanço não conseguiu promover uma tomada de consciência efetiva da crise socioambiental e dos seus reflexos no âmbito do mercado, incorporando a análise da qualidade do crescimento, com seus efeitos sociais, culturais e ecológicos.

Todos esses acontecimentos, por não terem gerado significativo impacto nas ações em prol do meio ambiente, acarretaram, conforme Leff (2009), a necessidade de criação de uma cultura ecológica para transformarem a relação entre o homem e a natureza. Assim, a

definição de racionalidade ambiental emerge como estratégia teórica para articulação das condições ideológicas, teóricas, políticas e materiais “[...] que estabelecem novas relações de produção e novas bases para o desenvolvimento das forças produtivas” (LEFF, 2009, p. 282).

Neste artigo, a concepção da racionalidade ambiental de Leff (2009) é complementada e enriquecida por uma via intermediária de planejamento e gestão socioambiental. É preciso destacar que esse enfoque congrega duas vertentes importantes para a definição do conceito de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Por um lado, observa-se a contribuição da abordagem territorial que trouxe inovações no campo socioeconômico, com experiências largamente estudadas como a dos distritos industriais, sistemas produtivos locais, *clusters*, ambiente inovador, arranjos produtivos locais, entre outras denominações. Destaca-se que cada uma dessas experiências demonstrou a contribuição de elementos novos para as dinâmicas produtivas e para a gestão das organizações, tais como: a influência da cultura local; a possibilidade de sinergia, cooperação e competição; facilidade de acesso à mão de obra e conhecimento acumulado; difusão de inovação; possibilidade de regulação setorial conjunta, entre outros fatores (BECATTINI, 1999; BAGNASCO, 1999; BENKO, 2001; COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; MAILLAT, 1995; PORTER, 1999; LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003). Sem contar as contribuições de estudos relacionados à governança e seus reflexos sobre a eficiência coletiva (BOURQUE, 2000; LEVÉSQUE, 2001; SCHMITZ, 1997a; 1997b). Por outro lado, as contribuições das discussões sobre sustentabilidade, fundamentadas no ecodesenvolvimento, também resgatam elementos imprescindíveis para a gestão territorial na atualidade, principalmente quanto à prudência ecológica, satisfação das necessidades básicas e promoção da equidade, autonomia e redefinição do conceito de eficiência econômica que alia a produtividade com a minimização das perdas e reaproveitamento dos resíduos e dejetos como insumos para o sistema produtivo (VIEIRA, 2006; VIEIRA; CAZELLA, 2004; SÁNCHEZ, 2006; VANCLAT, 2003). É nesse contexto que emerge a noção de racionalidade ambiental.

Sobre o conceito de racionalidade ambiental, Leff (2009, p. 283) destaca que

A objetividade desse conceito de racionalidade, como uma forma de organização social e produtiva concreta, suscita, desse modo, a necessidade de que os princípios de racionalidade ambiental sejam coerentes com os fundamentos conceituais de sua racionalidade teórica, com os processos produtivos que lhe dão suporte material e com os instrumentos da racionalidade técnica que assegurem a sua eficácia. Assim, se estabelece uma articulação de racionalidades, que vai dos princípios éticos às práticas produtivas do ecodesenvolvimento na construção de sociedades sustentáveis.

Ao se relacionar a perspectiva de Leff (2009) com a de Ramos (1989), verificam-se convergências interessantes. Leff (2009) considera que o conceito de racionalidade ambiental deve ser entendido como um sistema integrado de esferas de racionalidade, “[...] que articula a fundamentação dos valores e a organização do conhecimento em torno dos processos materiais que dão suporte a um paradigma ecotecnológico de produção e à instrumentalização dos processos de gestão ambiental” (LEFF, 2009, p. 283). Ou seja, incute no conceito de racionalidade ambiental um componente substantivo e outro normativo

(instrumental). Dessa forma, aproxima-se da visão de Ramos (1989) de que a sociedade é permeada pela racionalidade instrumental e substantiva, da multidimensionalidade da vida humana associada.

Assim como Ramos (1989), Leff (2009) critica a sociedade moderna e aponta para os problemas delineados pela racionalidade econômica pura, cuja condição era apenas a da acumulação. Tal linha de argumentação segue a crítica à sociedade de mercado realizada por Ramos (1989). Nesse contexto da racionalidade econômica sendo predominante, “[...] o processo produtivo caracteriza-se pelo desajuste entre as formas e ritmos de extração, exploração e transformação dos recursos naturais e as condições ecológicas para sua conservação e regeneração” (LEFF, 2009, p. 152). A solução estaria em novas formas de gestão ambiental do desenvolvimento sustentável fundamentadas em novas fontes de produtividade e em novos valores culturais.

Além do propósito de estabelecer um balanço entre crescimento econômico e conservação dos recursos naturais, a racionalidade ambiental abre a possibilidade de mobilizar o potencial dos processos ecológicos, da inovação científico-tecnológica, assim como a criatividade cultural e participação social, para construir as bases e os meios ecotecnológicos de produção para o desenvolvimento sustentável: igualitário, descentralizado, autogestionário e ecologicamente equilibrado, capaz de satisfazer as necessidades básicas da população, respeitando a sua diversidade cultural e melhorando a sua qualidade de vida (LEFF, 2009, p. 287).

Por tais razões, é preciso pensar um novo modelo multicêntrico de desenvolvimento, sendo fundamental a integração das necessidades ambientais, técnicas, sociais e humanas para compreender a pesca artesanal da Grande Florianópolis. Assim, na seção seguinte, serão apresentadas as principais características da pesca artesanal, para que, posteriormente, se possa discorrer sobre os aspectos relativos à racionalidade embutida na dinâmica produtiva da pesca artesanal da Grande Florianópolis.

A PESCA ARTESANAL NA GRANDE FLORIANÓPOLIS: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Para compreender melhor a pesca artesanal é preciso reconhecer que essa modalidade de pesca realiza-se pelo trabalho manual do pescador. Nela, a participação do homem em todas as etapas e manipulação dos implementos e do produto é total, ou quase total. Geralmente essa atividade está baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais - pelos mais velhos da comunidade - ou pelo conhecimento adquirido através da interação com os companheiros do ofício (MENEZES; CAVICHIOLI, 2005), sendo esse um componente importante para a vida em comunidade.

No que se refere ao mercado, segundo Cabral (2008), a produção pesqueira artesanal apresenta fortes elementos de dependência e de sazonalidade e, com isso, é caracterizada por grandes oscilações, tanto em termos de mercado consumidor quanto de mercado de

trabalho. Em muitos casos, em momentos de retração do recurso pesqueiro, a atividade volta às suas origens de subsistência. Nesse sentido, conforme o autor supracitado, a pesca artesanal é um subsetor da pesca de subsistência e é, também, complementar à indústria da pesca.

Do ponto de vista das espécies e do mercado, percebe-se que, na pesca artesanal, ocorre a captura de diferentes espécies quando comparada à pesca industrial. Os produtos da pesca artesanal tendem a ter maior preço de comercialização, pois a qualidade do que é pescado artesanalmente é elevada, em função de o abate ser relativamente recente. Dentre os atores sociais que compõem a cadeia produtiva da pesca artesanal, tem-se: fornecedores de componentes e matérias-primas (embarcações, redes e petrechos de pesca), captura e processamento do pescado, intermediação e mercado consumidor, subdividido em: mercados públicos e peixarias, restaurantes, consumidor final.

O processo de comercialização é, na atualidade, uma fase da cadeia produtiva enigmática para a governança da pesca artesanal. Sem desconsiderar a importância da divisão do trabalho que acontece dentro das comunidades e sem, portanto, desconsiderar a relevância social da atividade de intermediação, verifica-se que essa divisão do trabalho é delimitada por aqueles que se especializaram na captura e todas as atividades que estão vinculadas a ela, e outros que se especializaram na comercialização.

Os agentes compradores da produção pesqueira artesanal são: intermediários, restaurantes e bares, mercado público, consumidor final, indústria e peixarias. Há aquela situação em que o pescador tem uma relação direta com o consumidor final; em muitos casos, a venda ou doação acontece logo após a pesca, ainda na beira da praia. Outra em que o pescador tem algum vínculo de parentesco ou amizade com proprietários de restaurantes e peixarias, como é o caso da Costa da Lagoa, em que muitos pescadores capturam espécies para suprir seus próprios restaurantes. Uma terceira modalidade é aquela em que o pescador repassa a sua produção diretamente ao intermediário e este, por sua vez, comercializa com restaurante, peixarias, entre outros consumidores ou, ainda, repassa a produção para a indústria da pesca. Porém, é mais comum que a produção dos pescadores artesanais alimentem o comércio local. Por isso, é tão importante compreender as nuances das relações existentes entre esses agentes locais.

Os entraves descritos em inúmeros documentos que retratam a realidade da pesca artesanal no que tange ao seu processo de comercialização são relativamente importantes. Porém, há necessidade de aprofundamento na divisão do trabalho existente dentro das comunidades para, então, perceber quais estratégias alternativas poderiam ser veiculadas em prol de maior dinamização da atividade. As experiências acompanhadas pelo Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC (2009) aproximam-se da necessidade de constituição de empreendimentos sociais que integrem a família do pescador no processamento e comercialização na região de Macaé – Rio de Janeiro.

Contudo, é uma realidade diversa de Santa Catarina e da Grande Florianópolis. A impressão frente à realidade catarinense demonstra que ações para descaracterizar esse processo de comercialização sem a integração efetiva dos intermediários, ou seja, de uma atividade

reconhecida pelos pescadores, parece não surtir efeito positivo. Por isso, há necessidade de constituírem-se estudos que possam demonstrar a potencialidade de constituição de unidades de beneficiamento coletivas, que aumentem o valor agregado do pescado e que integrem, ainda, todos da comunidade, incluindo nesse conjunto de atores os intermediários. Assim, a seção a seguir buscará analisar com maior profundidade as percepções dos pescadores artesanais no que tange à racionalidade ambiental e suas consequências no quadro de degradação dos ecossistemas costeiros da Grande Florianópolis.

A PERCEÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS SOBRE OS LIMITES DA PESCA ARTESANAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

As questões acerca da interseção entre a racionalidade instrumental e substantiva no âmbito da gestão territorial e socioambiental são, ainda, pouco estudadas por pesquisadores e acadêmicos. A avaliação da predominância ou não da racionalidade instrumental e da lógica do mercado é algo bastante interessante quando confrontada com a análise de comunidades tradicionais, a qual, aparentemente, indica o predomínio da racionalidade substantiva, na qual o senso comum e a dimensão ético-valorativa seriam superiores às questões do mercado. Como a pesca artesanal é uma atividade tradicional, imbricada nas comunidades e no nível territorial, considera-se fértil essa avaliação. Para tanto, é preciso resgatar como é o trabalho na pesca na percepção desses pescadores, quais são os motivos que os levam a permanecerem na pesca e se procuram realizar a reprodução da atividade junto às gerações futuras.

Diante dessa contextualização, observa-se, na pesquisa de campo, que, para os pescadores pesquisados, o trabalho na pesca é avaliado como positivo e que ele dá certa liberdade ao pescador, pois ele é “dono do seu tempo”. Entretanto, quando há condições climáticas propícias para a pesca, o pescador permanece na atividade por várias horas, inclusive nos sábados, domingos ou mesmo feriados. De uma maneira geral, os pescadores destacaram, também, o fato de que essa era uma atividade realizada pela família e um ofício que foi passado de pai para filho. Ou seja, há uma familiaridade do ofício, uma convivência de longa data que propicia a transferência do “saber fazer”.

Ademais, quanto à permanência na pesca, mesmo com oportunidades em outros setores, os pescadores permanecem na atividade em função da rentabilidade da pesca. O baixo grau de escolaridade leva-os a trabalhos mal remunerados fora da pesca. Na pesca, os pescadores podem ser mais bem remunerados, inclusive com o pagamento de benefícios por parte do governo. As falas a seguir podem retratar o quadro descrito acima:

O trabalho na pesca é bom. Tem dias que se pesca muito, outros não. Hoje, para trabalhar no centro e ganhar R\$ 700,00 ou R\$ 800,00, acorda-se cedo, pega-se trânsito. Compensa permanecer na pesca, estamos em casa. Em geral, o meu objetivo é guardar dinheiro para o futuro, comprar casa para alugar e é mais para me manter (Pescador da Armação do Pântano do Sul 1).

O pescador prima pela liberdade. Faz parte da cultura dele. A pesca é uma caça ao peixe, é quase como o cara que joga, não sabe como que ele vai voltar. Para se organizar, não encaixa no dia a dia dele. A cabeça dele está voltada para o mar. A comunicação é importante. Apesar da pesca parecer coisa fácil, tem todo um dinamismo. Para o pescador, se organizar é coisa nova é algo novo (Pescador da Armação do Pântano do Sul 2).

A pesca já está no sangue. Eu já trabalhei de vigilante, mas o que eu quero é a pesca. É um prazer. A felicidade do pescador é olhar o barco cheio de peixe e trabalhar e ver o dinheiro (Pescador de Governador Celso Ramos 1).

Se, por um lado, muitos consideram a pesca como uma boa alternativa socioeconômica, principalmente para manutenção da família, por outro lado, muitos discordam desse fato em função da escassez do recurso pesqueiro. Muitos pescadores já não incentivam seus filhos a permanecerem na pesca. Segundo alguns dos entrevistados, a pesca traz trabalho duro, com esforço físico excessivo, o que lhes causa problemas prematuros de saúde (coluna, articulações etc.). Embora muitos pescadores não incentivem seus filhos à atividade da pesca, muitos filhos de pescadores, na sua tenra idade, tomam gosto pela atividade.

Os meus filhos não continuam na pesca. Foi se escasseando a pesca. Durante minha vida, fui empregando o dinheiro, comprei dois apartamentos e duas casas. Nunca fui de bagunça. Continuo pescando, pois gosto. Hoje estou com problema de coração, estou em casa, mas estou doido pra ir para o mar. Fiz as coisas para a família. Eu to apavorado para ir para o mar. Lá é tranquilo. É tranquilo e gosto de trabalhar. Dia bom é quando saio pra pescar e pego o peixe. Saio às 05:00 horas e volto às 22:00 horas. Aconteceu que, em um dia de novembro, se ganhou para todo o mês de outubro ruim. Numa única pescaria, ganha-se por um mês (Pescador da Armação do Pântano do Sul 3).

Dois filhos meus permanecem na pesca. Hoje, a maioria dos filhos de pescadores já começou a sair, pois a pesca está defasada (Pescador de Governador Celso Ramos 2).

O pescador em si já tem uma vida sobrecarregada de trabalho. O pescador não tem folga. Dá dois de vento sul, acalmou o vento, é bom para todo o tipo de peixe e temos que ir pescar. Já dá um “saragasso”, pode ser sábado, domingo... E a gente vai para a pesca e não pode ir de cara amarrada. Vai para a pesca esperando que a pesca seja legal (com muito peixe). Quando você pega uma quantidade legal, rende (Pescador da Costa da Lagoa).

Os filhos de pescadores não estão dando continuidade às atividades da pesca. O pescador catarinense era o mais cotado e não ficava desempregado, pois tinha boa formação profissional com seus pais e parentes da pesca. O conhecimento era bem repassado, com técnicas etc. O pai dele passou esse *metier*, sabia fazer rede, malha cavala. Eles iam para Santos e Rio de Janeiro e já tinha garantia de emprego. Hoje temos a passagem de informações, mas é bem menor do que antes. [...] Os pais não orientam e os filhos não têm interesse. É uma atividade que requer muito esforço físico. É uma vida isolada, não tem garantia de boa

pesca etc., falta incentivo (Representante da Federação das Colônias de Santa Catarina).

Todavia, é consenso para os pescadores entrevistados que o trabalho na pesca é um trabalho prazeroso, em que se pode conciliar o lado financeiro, com a liberdade e a autonomia. Dessa forma, nota-se a coexistência da racionalidade instrumental e da racionalidade substantiva no âmbito da pesca artesanal, inclusive como escolha pessoal de vida profissional.

Há 50 anos atrás era difícil. Era tudo manual. Hoje, é motor a diesel. Hoje, têm-se mais aparelhos. Hoje, é difícil a produção de peixe. Fui pescar hoje e peguei um peixe apenas. O volume do pescado está diminuindo. O trabalho na pesca é rentável, mas hoje já tem muito pescador que saiu da pesca. Quem permanece na pesca é quem tem o seu barco, mas quem é empregado sai da pesca. Tem muita gente trabalhando na Porto Belo, Pioneira, entre outras empresas aqui da região. O ajudante de pescador não ganha mais muito, por causa da diminuição dos estoques de pesca. Na terra, dá plantação, aqui ninguém planta só colhe!!! (Pescador de Governador Celso Ramos 2).

Há, portanto, a manifestação da racionalidade instrumental, do cálculo econômico, em que os próprios pescadores contabilizam que é mais rentável permanecer na pesca, mesmo diante dos problemas enfrentados no mercado de trabalho formal. Todavia, a racionalidade instrumental coexiste com a racionalidade substantiva, em que os pescadores remetem a necessidade de permanência na atividade em função de ser uma atividade compartilhada familiarmente, que lhes dá mais liberdade, autonomia e prazer. Ao se analisarem as falas, observa-se que esse apego à atividade recobre também o sentido da racionalidade substantiva fundamentado no senso comum e na dimensão ético-valorativa (SERVA, 1996). Dessa forma, fica evidente, no transcurso do trabalho de campo, a manifestação tanto da racionalidade instrumental quanto da substantiva no âmbito da pesca artesanal da Grande Florianópolis. Ademais, é preciso resgatar o conceito de racionalidade ambiental com o propósito de identificar se essas racionalidades no quadro ambiental têm impactado os recursos pesqueiros da Grande Florianópolis. A seção a seguir pretende dar subsídio a essa análise.

AVANÇOS E LIMITES DA PESCA ARTESANAL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS RUMO A UM ESTILO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E SUSTENTÁVEL

Ao se resgatar o fato de que os fatores condicionantes de permanência dos pescadores artesanais na pesca está ligado tanto à racionalidade instrumental quanto à racionalidade substantiva, faz-se necessário identificar se essas racionalidades contemplam as questões de preservação dos ecossistemas locais. Assim, considera-se relevante retomar o entendimento da racionalidade ambiental que fundamenta o pensamento de Leff (2009). Nele, a racionalidade ambiental é definida como um sistema articulado de regras de pensamento e comportamento que legitima as ações de grupos e agentes sociais e que também orienta um conjunto de práticas para a construção de um futuro sustentável, no âmbito institucional e no âmbito dos padrões de produção.

Ou seja, a racionalidade ambiental está fundamentada em ações racionais ligadas a fins e valores, a ações efetivas e tradicionais enraizadas culturalmente. Aliado ao conceito de racionalidade ambiental, observa-se que, conforme Daura-Jorge, Wedekin e Hanazaki (2007), é intrínseco ao pescador o conhecimento do meio, no entendimento do regime dos ventos e marés, dos hábitos dos peixes, das condições climáticas e outros processos naturais. Todos esses conhecimentos estão diretamente atrelados ao ofício da pesca. De acordo com Diegues (1996), esse é denominado de conhecimento tradicional, baseado na experiência da atividade e no contato cotidiano com a natureza. Assim, é essencial aplicar o conceito de racionalidade ambiental no âmbito de estudos sobre a pesca artesanal, para compreender como esse conhecimento tradicional dos pescadores tem se relacionado com a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros.

No âmbito da pesquisa proposta neste artigo, percebe-se que a questão da sustentabilidade socioambiental é um eixo delicado de avaliação, especialmente em função da estrutura de governança da pesca artesanal da Grande Florianópolis e, também, em função dessa região abrigar um mosaico de áreas protegidas. Tais áreas protegidas são compostas por unidades de conservação como: a Reserva Biológica do Arvoredo, a Estação Ecológica de Carijós, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e as Áreas de Proteção Ambiental de Anhatomirim e da Baleia Franca. Todas essas áreas possuem regras para acesso e utilização dos seus recursos, sendo fiscalizadas pela Capitania dos Portos e IBAMA, além de órgãos específicos para cada área protegida.

Embora essa região seja servida de inúmeros ecossistemas delicados e de reprodução dos estoques pesqueiro, são escassos os dados sobre a pesca, a quantidade de espécies não alvo capturadas e a condição socioeconômica das comunidades pesqueiras. Segundo Aggio (2008), mesmo a partir da criação da Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim (APAA), essas informações são raras, especialmente o número exato de pescadores e barcos atuando na região, quantidade e tipos de pescados, além de detalhes sobre a comercialização.

Todos esses impasses informacionais são um entrave à preservação dos ecossistemas, bem como um fator de geração de inúmeros conflitos entre as comunidades tradicionais da pesca artesanal e os órgãos de fiscalização ambiental. Por um lado, há o discurso dos pescadores que segue a linha de argumentação do não conhecimento, por parte dos órgãos ambientais, dos limites de exploração dos estoques pesqueiros. Sem contar que os pescadores acreditam que ações externas, como a pressão do aumento populacional, aumento da especulação imobiliária, aumento do turismo, não tratamento de esgotos e o aumento da frota de pesca industrial, são fatores preponderantes na redução dos estoques pesqueiros e na degradação dos ecossistemas. Por outro lado, há o discurso dos órgãos ambientais que acreditam no não cumprimento das regras impostas aos pescadores mesmo em período do defeso.

Dessa forma, há um impasse para compreender os limites e as potencialidades da pesca artesanal para a sustentabilidade socioambiental. As falas dos entrevistados demonstram que a questão da preservação ainda é pouco discutida nas comunidades e se reflete em poucas ações em prol da preservação e do cuidado com o meio ambiente.

Portanto, está-se, ainda, diante de mecanismos vinculados a uma racionalidade instrumental

do cálculo econômico, mesmo junto às comunidades tradicionais da pesca. Embora a racionalidade substantiva coexista, especialmente, nas escolhas profissionais e de permanência na pesca, a lógica do curto prazo permanece predominante mesmo nessas comunidades. Essa linha de argumentação é reafirmada, durante a pesquisa de campo, nas falas dos órgãos ambientais e dos órgãos que regulam a pesca e, também, nas falas dos próprios pescadores. Verificou-se o não atendimento das regras do Seguro-defeso, por parte dos pescadores, isto é, os pescadores, mesmo no período do pagamento, por parte do Estado, do Seguro-defeso, continuam a realizar a atividade da pesca. Por um lado, os pescadores argumentam que o período do defeso é definido de maneira errônea e, em função das mudanças climáticas, esse período, ano a ano, vem se diferenciando.

Essa questão é problemática. Eles não assumem a redução dos estoques. Algumas espécies desapareceram. Por outro lado, em alguns momentos, observamos um monte de pescado. Em algumas situações, é dúbio. Eles sabem que, se eles pescarem no defeso, há uma tendência do recurso se escassear (Entrevistado Epagri, Governador Celso Ramos).

Por outro lado, os órgãos que regulam a pesca enfatizam que não há uma consciência por parte dos pescadores. Entretanto, há um impasse entre a percepção dos pescadores e a percepção dos órgãos responsáveis pela pesca. Um fato que gerou discussão no município de Governador Celso Ramos foi o de uma instrução normativa que regulava o tamanho das embarcações de 2009. Essa instrução limitou o tamanho das embarcações artesanais para até nove metros. Esse fato provocou um conflito entre os órgãos ambientais e os pescadores, conforme expresso na fala a seguir.

A Lei do Arrasto de 2009 trouxe inúmeros problemas para os pescadores de Governador Celso Ramos. Muitos pescadores estão respondendo a processos ambientais. Essa lei disse: você, pescador, não tem mais direito de pescar (Entrevistado Epagri, Governador Celso Ramos).

Outra questão está na noção de preservação ambiental. Os próprios pescadores acreditam na redução dos estoques e que seus pares estão, ainda, aquém dessa problemática.

A questão não é a preservação. Preservação é uma coisa, mas pescar o miúdo... quanto maior o peixe melhor o preço. O camarão vermelho é ruim. O camarão 7 barbas é ótimo para trabalhar. Três ou quatro por cento dos pescadores estão preservando. Ninguém respeita. **Se um vai os outros também vão.** Vamos ficar 3 meses parado e vemos os outros pegando, aí eu pego. Eles poderiam liberar a pescaria de linha em uma área proibida. A reserva (unidade de conservação da Anhatomirim) sustentou muitas famílias daqui durante muitos anos (Pescador de Governador Celso Ramos 1)

Cinco por cento acha que tem que preservar a natureza. Noventa e cinco por cento acha que tem que pescar, mesmo na época do defeso. Tem que ter seguro-defeso de todos os tipos de peixe e obedecer. Quanto diminuiu de estoques... hoje só temos 30% do que se tinha. O camarão até que não, mas o peixe sim. (Pescador de Governador Celso Ramos 2).

Além disso, há outros problemas, como a utilização de aparelhos de pesca danosos para a sobrevivência dos ecossistemas costeiros. Essa visão é compartilhada por inúmeros atores sociais envolvidos com a atividade da pesca. Tal argumento é corroborado pelas falas a seguir:

Com relação a atividades que degradariam: tem o óleo do motor...é trocado a cada dois ou três meses; eles enterram na praia. Mesmo durante o defeso, os pescadores pescam, pois eles têm olheiros para informar sobre a fiscalização (Entrevistado Epagri, Governador Celso Ramos).

Usam o gerival com motor...é extremamente danoso. Antes, pescavam com gerival na força da maré. Depois, conseguiram autorização para deslocamento e eles hoje usam por tudo o gerival com motor. Muitos pescadores pedem para proibir o gerival, mas muitos não querem (IBAMA-Cepsul).

Os mais jovens falam que o tamanho do motor deveria ser limitado. O tamanho do motor é o tamanho da bocada da pesca. E isso prejudica os outros. Se todos tiverem o motor igual, todos pescam o mesmo. É difícil assumir. O pescador vai acabar (Entrevistado Epagri, Governador Celso Ramos).

Todavia, é bem verdade que a pesca artesanal tende a ser menos danosa que a industrial, argumento expresso na fala do representante do IBAMA-Cepsul. E existem práticas artesanais menos danosas aos ecossistemas e que poderiam reproduzir um estilo de pesca menos predatório e mais sustentável.

Os pescadores artesanais têm mais consciência ambiental do que os industriais. Ficam indignados com os colegas, mas continuam desenvolvendo atividades predatórias (IBAMA-Cepsul).

A maioria dos pescadores não mora mais nas zonas de pesca. Demonstram cuidado com o mar, suas práticas são menos agressivas ao meio ambiente. Por exemplo, a rede de emalhar, onde o peixe fica emalhado, os peixes menores não ficam na rede. Porém, existem artes de pesca venenosas, como é o caso do gerival que arrasta o fundo, removendo alimento e criação. (Entrevistado Epagri, Florianópolis).

Além disso, verifica-se que os esforços em realizar ações participativas de gestão dos recursos de uso comum são positivos, mas não estão sendo efetivos para os pescadores. Tal fato ocorre em função da necessidade de formação e de informação, tanto dos órgãos ambientais quanto dos pescadores. Ou seja, os pescadores necessitam repassar conhecimentos tradicionais em diálogo com os conhecimentos atuais de gestão dos recursos naturais que se encontram mais ameaçados pelas pressões do processo de urbanização e demais atividades degradantes dos ecossistemas costeiros.

Ademais, a partir desse quadro, percebe-se que a pesca convive com um dilema. Tal dilema dá-se em função de o setor ser pouco moderno, fortemente acostumado com um paternalismo, um protecionismo do Estado. Contudo, ele sobrevive em meio a uma situação de crise da maioria dos estoques pesqueiros.

Conclui-se, então, que os maiores problemas da pesca artesanal estão na sua gestão e na identificação do fato de que, na atualidade, a natureza impõe limites e que não é a natureza que deve rever esses limites, mas o homem é quem deve rever o modo como ele se vale dos recursos disponíveis pela natureza. Por meio das análises empreendidas no transcurso deste artigo, observou-se que, embora se manifestem as duas racionalidades no âmbito da pesca artesanal da Grande Florianópolis, a racionalidade predominante é a do cálculo utilitário, cujas consequências são a exploração abusiva dos recursos pesqueiros, a falta de acordo entre os usuários dos recursos naturais, a ausência de mecanismos de gestão compartilhada e negociada desses recursos e, por fim, a falta de formação e informação sobre os limites do crescimento das atividades pesqueiras no litoral da Grande Florianópolis. Assim, a racionalidade substantiva, embora presente nas dinâmicas produtivas da pesca artesanal, não tem impacto significativo sobre a gestão equilibrada dos recursos pesqueiros locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal é uma atividade com relativa importância cultural e econômica na região pesquisada. Porém, ela sofre pressões de diferentes atividades econômicas como: a indústria pesqueira, a especulação imobiliária, o turismo de massa e a desarticulação interna do setor, sem contar o efeito da perda de renda, do desemprego e da exclusão social. Nesse sentido, torna-se relevante compreender o setor pesqueiro e as percepções dos atores sociais locais frente às novas dinâmicas produtivas baseadas em um estilo de desenvolvimento pensado territorial e ecologicamente prudente.

No âmbito da avaliação da racionalidade instrumental e substantiva permeada no contexto da pesca artesanal, verifica-se que a organização do segmento não favorece a predominância da racionalidade substantiva. O motivo pelo qual há manifestação da racionalidade instrumental pode ser encontrado na cultura política que permeia também a pesca artesanal – cultura do clientelismo e do paternalismo. No que tange à racionalidade socioambiental, considera-se que o pescador artesanal é, em certa medida, consciente da sua relação com a natureza e com os problemas que ele pode causar com a sobrepesca. Porém, a falta de formação e de articulação do conhecimento ecológico local ao conhecimento científico e a falta de fiscalização efetiva – pela comunidade e pela gestão pública – acarretam a perda dos estoques pesqueiros e o desajuste do uso do período do defeso. Sem contar que o turismo de massa e a própria indústria da pesca promovem a degradação das regiões costeiras da região.

Nesse sentido, as políticas públicas deveriam ser orientadas visando favorecer o fortalecimento da formação de redes solidárias, pois são essas redes que poderão ajustar as políticas públicas para o setor, bem como definir melhores estratégias para enfrentamento da crise da pesca artesanal em Santa Catarina e na região da Grande Florianópolis. Não se pode negar que a pesca artesanal, além de proporcionar maior variedade de espécies na mesa do consumidor final, também, promove a atividade extrativa mais sustentável em termos socioambientais. É fato que a pesca artesanal sobrevive paralelamente, sendo destinada principalmente à subsistência de pequenas colônias de pescadores em regiões ribeirinhas e litorâneas, que utilizam redes de pequeno porte, espinhéis, tarrafas e redes de espera, e que a pesca industrial

vale-se de uma cadeia produtiva bem mais estruturada e articulada internacionalmente.

Todavia, é preciso rever papéis e políticas para a convivência harmônica e equilibrada dessas atividades econômicas, principalmente em função da pesca artesanal agregar, além do trabalho e renda gerados, um componente cultural rico, da cultura caiçara e açoriana e que deverá ser preservado.

Por isso, o presente trabalho demonstra a necessidade de replicação de estudos sobre a pesca artesanal e seus arranjos institucionais, para que se possa pensar estratégias alternativas mais compatíveis com o desenvolvimento territorial sustentável. Além disso, consideram-se férteis os estudos que demonstrem a viabilidade de proliferação de organizações de economia social para alavancagem da pesca artesanal nos municípios em questão. Observa-se, ainda que embrionariamente, situações que demonstram a potencialidade de estruturação e organização de empreendimentos sociais nessa região.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Raphael Bastos Mareschi. **Pesca artesanal na Baía Norte de Florianópolis: capturas, esforço de pesca, problemática e possíveis soluções.** Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

BAGNASCO, Arnaldo. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BECATINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe; URANI, André; GALVÃO, Alexandre Patez. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 2, mar. 2001.

BOURQUE, Gilles L. De l'ancienne à la nouvelle économie: un processus de modernisation sociale de l'industrie. **Cahiers du CRISES.** Coleção Working Papers, Quebec, n. ET0006. Mars 2000.

CABRAL, Daniel Henrique Severino de Lima Bezerra. **Pesca artesanal brasileira: rumo ao cooperativismo.** Disponível em: <http://www.gci.inf.br/edicoes_antiores/04/artigo_i_opiniao_01.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2008.

COURLET, Claude. **Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique.** Paris: L'Harmattan, 2001.

COURLET, Claude; SOULAGE, Bernard. **Industrie, territoires et politiques publiques.** Paris: L'Harmattan, 1994.

DAURA-JORGE, Fábio Gonçalves; WEDEKIN, Leonardo Liberali; HANAZAKI, Natália. **A pesca artesanal no mosaico de áreas protegidas do litoral de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Boticário de Proteção à Natureza, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

FAO. **La situation mondiale des pêches et de l'aquaculture**. Roma : Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/i0250f/i0250f.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2010.

FARIAS, José Henrique de. Consciência crítica com ciência idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. **CADERNOS EBAPE. BR**: Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, set. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Vozes: Petrópolis, 2009.

LEMOS, Cristina. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais**. Rio de Janeiro, 2003. 269f. (Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção). UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. **Revista Centro de Ciências Administrativas**: Fortaleza: [s.n.]. v. 9, n. 2, p. 189-195, dez. 2003.

LUDCKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa qualitativa em educação: abordagens**. São Paulo: EPU, 1996.

MAILLAT, Denis. Milieux innovateurs et dynamique territoriale. In: RALET, A.; TORRE, A. (Hrsg): **Economie industrielle et économie spatiale**. Paris: [Economica], 1995. p. 211-232.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira. **Cooperativismo e desenvolvimento territorial sustentável: orientações estratégicas e alternativas de geração de trabalho e renda das comunidades pesqueiras da Grande Florianópolis - Santa Catarina**. Relatório Pós-Doutorado (Pós-Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira. **Industrialização e meio ambiente no estado de Santa Catarina: Estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí**. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira; CAVICHIOLI, Marcelo. **As estratégias de**

sobrevivência das comunidades pesqueiras do Vale do Itajaí. Itajaí: [s.n.], 2005. Mimeo (Relatório de pesquisa Artigo 170).

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira; SPERB, Matias Poli; TONET, Rogério Silveira. Elementos de la economía social en las comunidades de pescadores litorales (caiçaras): estudios de los municipios del Delta del Río Itajaí, Santa Catarina, Brasil. **Cayapa: Revista Venezolana de Economía Social**, v. 11, p. 56-77, 2011.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Santa Catarina:** notas sobre o mercado de trabalho do setor. Chapecó: UNOCHAPECÓ. Cadernos de Economia. Ano 11, n. 21, jul./dez. 2007.

PAULA DE PAES, Ana Paula. Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE Debate**, v. 45, n. 1, jan./mar. 2005. São Paulo: EPU, 1996.

PORTER, Michael. Aglomerados e Competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. In: **Competição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RAIS. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 2000.** Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/fsmMain?C=false&D=false>. Acesso em: dez. 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil.** Brasília: SEBRAE, 2002.

_____. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Ecodesenvolvimento: 1972-1992. In: **Agricultura e Meio Ambiente.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano 1, n. 1, 1992.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel e FUNDAP, 1993.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia:** teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHMITZ, Hubert. Collective efficiency and increasing returns. **IDS Working**, v. 50, mar. 1997.

_____. Eficiência coletiva: caminho para o crescimento da indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE.** Porto Alegre: FEE, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 97-120, set./dez. 2009.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental:** conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2006.

SERVA, Maurício. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: EAESP/FGV, 1996.

SEVERO, Cristiane Marques. **Pesca artesanal em Santa Catarina: evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira**. Porto Alegre, 2008. 135 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFRGS. 2008.

SOLTEC. **Relatório analítico da pesquisa ação na cadeia produtiva da pesca PAPESCA/UFRJ**. Rio de Janeiro: s.n. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANCLAY, Frank. International principles for social impact assessment. In: **Impact assessment and project appraisal**. v. 21, n. 1, mar. 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, Paulo Freire. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Eisforia: desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**. Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

**Elaine Cristina
de Oliveira
Menezes**

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Administração no Centro de Ciência da Administração e Socioeconômicas - ESAG, da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

**Luciana
Ronconi**

Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina e Pós-doutorado na Universidade de Lisboa, no âmbito do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão. Professora do curso de Administração Pública da ESAG - Centro de Ciência da Administração e Socioeconômicas, da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Inovações Sociais na Esfera Pública - NISP e do Grupo de Pesquisa Co-produção do Bem Público sob a ótica de Accountability, Responsabilidade Social e Terceiro Setor - POLITEIA.